

CENTROS DE ATIVIDADES DO LAGO NORTE, ONDE GOVERNO PRETENDE ALTERAR NORMAS DE CONSTRUÇÃO: SEGUNDO SUBSECRETÁRIA, NÃO É FINALIDADE DO PROJETO PERMITIR PRÉDIOS RESIDENCIAIS

Governo recua

André Garcia
Da equipe do **Correio**

O Governo do Distrito Federal recuou e admitiu mudar o projeto de lei que permite a construção de um prédio residencial de até seis andares em pleno Lago Norte e faz outras alterações no desenho urbano do bairro. A subsecretária de Urbanismo e Preservação, Eliana Klarman, responsável pela elaboração da proposta, garantiu ontem que não é intenção do governo possibilitar que edifícios residenciais de grande porte sejam erguidos no Lago Norte, conforme está escrito no projeto encaminhado à Câmara Legislativa.

Da forma como foi preparada, a proposta permite a construção de edifícios de até 16 metros de altura em 193 lotes comerciais dos Centros de Atividades (CA) do Lago Norte. E, num lote do CA 6, próximo à Administração Regional, autoriza a criação de um edifício residencial. Moradores e especialistas temem que as alterações resultem em crescimento desordenado da população, interferindo na qualidade de vida do bairro.

A subsecretária atribuiu a um possível equívoco de redação a inclusão no projeto de lei da mudança de destinação do lote A do CA 6, onde deveria ser construída uma escola, para área residencial. E se prontificou a ir até a Câmara Legislativa para modificar a

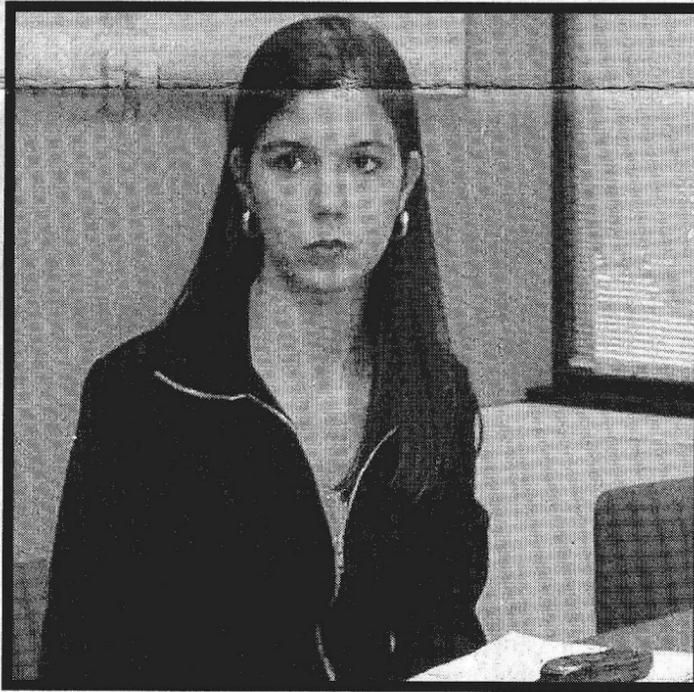
proposta, de forma a excluir a possibilidade de construção de edifícios residenciais de 16 metros de altura no Lago Norte.

“Nosso único objetivo é uniformizar as normas de construção dos lotes dos Centros de Atividades do Lago Norte, e não modificar o uso dos terrenos”, disse Eliana. “O projeto é escrito de forma genérica, pois os detalhes técnicos são incluídos no decreto de regulamentação. Se o texto está dando a entender que se poderá construir um prédio residencial no CA 6, nos oferecemos para modificá-lo na Câmara”, comprometeu-se.

Eliana disse que o projeto foi preparado para resolver diferenças de normas de construção entre os lotes dos centros de atividades. Segundo ela, há terrenos com destinação idêntica que, por causa do endereço diferente, são regidos por normas distintas. “Há casos de lotes idênticos em que num deles é permitido construir no subsolo e no outro, não”, exemplificou.

Embora tenha se comprometido a excluir do projeto a permissão para construção de um edifício residencial de 16 metros de altura no CA 6, a subsecretária defende as modificações nas normas de construção dos outros 192 lotes comerciais. Para ela, não haverá alteração substancial das características do Lago Norte. “As mudanças são pequenas e não vão

Acácio Pinheiro 5.11.01



ANA LUÍSA OSÓRIO, PROMOTORA: GDF DEVE FAZER AUDIÊNCIA PÚBLICA

causar prejuízos de trânsito, por exemplo.”

SUSPENSÃO

A pesar do recuo do governo, o Ministério Público do Distrito Federal vai encaminhar na segunda-feira uma recomendação ao governador Joaquim Roriz e ao presidente da Câmara Legislativa para que suspendam a votação do projeto de lei, marcada para terça-feira. Para a promotora Ana Luísa Leão Osó-

rio, da promotoria de Defesa da Ordem Urbanística, o projeto não pode ser apreciado pelos deputados distritais antes que se faça um estudo de viabilidade técnica das mudanças propostas.

Ela recomendará, também, a realização de uma audiência pública com os donos dos lotes e moradores do bairro para analisar o projeto. Na avaliação da promotora, o projeto do governo não faz apenas modificações nas normas de construção, co-

mo disse a subsecretária de Urbanismo. “O projeto altera todo o loteamento daquela região”, afirmou. “Do jeito que está, o governo não pode aprovar a proposta de forma açodada, sem ouvir a comunidade e preparar estudos técnicos.”

A promotora lembrou, ainda, que eventuais mudanças nas normas de construção deveriam ser feitas por meio de um Plano Diretor. “O Lago Norte não tem Plano Diretor e essa seria uma boa oportunidade de prepará-lo”, propôs.

A garantia do governo de que mudará o projeto não diminuiu a mobilização dos moradores do Lago Norte contra a proposta. A prefeitura da Península Norte começa hoje a coleta de assinaturas para dar entrada em duas representações contra o governo no Ministério Público, na segunda-feira. “Eles dizem que vão recuar, mas acho que a situação ainda é grave. Os moradores têm que continuar a mobilização para não serem surpreendidos com uma mudança ainda pior”, disse Dolores Pierison, coordenadora do Movimento Ecológico do Lago Norte.

Diante da reação de moradores e especialistas, o presidente da Câmara Legislativa, Gim Argello, informou que não votará o projeto de forma apressada. “Precisamos estudar esse assunto e, principalmente, ouvir a comunidade”.

COLABORARAM: MARCELLO XAVIER E CAROLINA NOGUEIRA

ARTIGO

RORIZ NÃO CONHECE O BAIRRO

É um espanto.

O governo que parte da cidade elegeu para desenvolvê-la, pelo visto, não pára de degradá-la. Pior: desconhece a própria região que administra. O Lago Norte — deveria saber o GDF — destina-se a habitações individuais. Nosso endereço começa com SHIN: Setor Habitacional Individual Norte.

Construir prédios de apartamentos com seis andares no bairro vai descaracterizá-lo e permitirá, mais uma vez, que áreas públicas da cidade destinem-se a negociatas imobiliárias entre particulares. O Lago Norte precisa de uma área comercial, não de novos problemas.

Estou certa de que não só eu, uma microempresária, mas também arquitetos, engenheiros civis e urbanistas que fixaram residência no Lago Norte foram tomados pelo mesmo sentimento. Temos compromissos com a cidade, com seu desenvolvimento e o bem-estar de todos os cidadãos. Mas nem por isso devemos abdicar de nossa qualidade de vida.

O projeto do GDF vai nos criar pelo menos três problemas: o sistema viário será ainda mais sobrecarregado (pois contamos somente com a ponte do Braguetto como via de entrada e saída), a segurança dos moradores ficará prejudicada (em decorrência da explosão de moradias de baixa e média rendas) e nossos imóveis serão desvalorizados (combinação das duas razões anteriores).

O governador Joaquim Roriz deveria saber de tudo isso. Mas ao enviar projeto desse nível à Câmara Legislativa, mostra que desconhece o bairro onde, merecidamente, teve sua pior votação nas últimas eleições. Aliás, uma coisa não tem nada a ver com a outra, não é mesmo?

CARMEN GRAMACHO É EMPRESÁRIA E MORADORA DO LAGO NORTE